

Novo ministro quer mudar reforma fiscal

RIO — O ministro do Planejamento, Paulo Roberto Haddad, considera o projeto de reforma fiscal do governo Collor, em poder do Congresso, "politicamente discutível, porque os municípios brasileiros, em particular as capitais e grandes cidades, perderiam receita anual de cerca de US\$ 2,2 bilhões". Pelos seus cálculos, a receita representaria metade do que as grandes cidades e capitais receberam este ano.

Pára resolver o problema, Haddad propõe a elevação de 3% a 4% do Produto Interno Bruto (PIB) na carga tributária bruta "para financiar programas sociais compensatórios, que visem erradicar a probreza do País". Haddad realizou nos últimos dois meses estudos sobre o assunto,

cuja síntese será publicada em boletim especial do Conselho Regional de Economia de Minas na segunda-feira.

No estudo, o ministro diz não acreditar que a elevação da carga tributária bruta provoque reações negativas no empresariado, já que será apenas a recomposição do que era arrecadado na década de 70. Haddad quer "eliminar a parafernalia dos impostos indiretos incidentes sobre a produção e serviços, que estimulam a economia clandestina (sonegação, contrabando e informalização)". Ele defende ainda a seletividade de alíquotas do imposto sobre consumo para desonrar os consumidores de baixa renda, isto é, isenção de impostos sobre produtos de primeira necessidade, como arroz e feijão.